

# JUVENTUDE: CONSTRUÇÃO DE UMA HEGEMONIA

Patrícia Simone Nogueira<sup>1</sup>  
Universidade Federal de Mato Grosso

Eixo Temático: Política

## Resumo

Este estudo tem por objetivo demonstrar que a juventude brasileira pode ter um papel na construção de um projeto alternativo de hegemonia, através da participação política, em variados tipos de organizações juvenis, como por exemplo, o movimento estudantil universitário. A metodologia adotada foi uma pesquisa bibliográfica. Apresentou-se um breve histórico da participação política da juventude, com recorte nos jovens estudantes universitários, demonstrando sua atuação através da entidade que os representa, a União Nacional dos Estudantes (UNE). Demonstrou-se uma contraposição em relação às opiniões conservadores de que a juventude não participa da política. Os jovens e as jovens brasileiras podem e devem corroborar na elevação do nível de consciência da sociedade, através da politização, da participação nos movimentos sociais e em partidos políticos. A juventude brasileira, no decorrer da história do Brasil, contribuiu em vários processos de transformações sociais, e podem ou devem ser peça fundamental na edificação de um projeto hegemônico diferente do que existe hoje.

**Palavras-chave:** Juventude, Participação Política, Hegemonia.

## Introdução

Este estudo tem por objetivo demonstrar que a juventude brasileira pode ou deve ter um papel na construção de uma nova hegemonia, através da participação política em variados tipos de organizações juvenis, como por exemplo, o movimento estudantil universitário.

Com o intuito de construir este trabalho, a metodologia adotada foi uma pesquisa bibliográfica. Gil (apud Raupp & Beuren, 2004, p. 87) explica que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida mediante material já elaborado, principalmente livros e artigos científicos. Apesar de praticamente todos os outros tipos de estudo exigirem

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Telefone: (65)84637940. E-mail: patricianogueira.ppj@gmail.com

trabalho dessa natureza, há pesquisas exclusivamente desenvolvidas por meio de fontes bibliográficas.

Neste artigo procurou-se fazer um recorte da participação da juventude brasileira, delimitando a sua atuação no movimento estudantil universitário; para isso, realizou-se breve retrospectiva da história da União Nacional dos Estudantes (UNE) até situar o seu posicionamento frente ao Decreto-Lei nº 6.096/2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, que é uma política recente e ainda está sendo implementada. A escolha do referido enfoque levou em consideração o fato de ser a expansão da educação superior nas instituições públicas uma luta histórica da UNE, daí a necessidade de investigar o entendimento da entidade perante essa política educacional.

Este estudo, sobretudo, pretende relatar a ação da juventude no movimento estudantil universitário, pois Gramsci (1982, p. 145) acredita que “a universidade tem a tarefa humana de educar os cérebros para pensar de modo claro, seguro e pessoal, libertando-o das névoas e do caos nos quais uma cultura inorgânica, pretensiosa e confusionista ameaçava submergi-lo”.

Na sua elaboração foram realizadas leituras sobre as temáticas: educação superior no Brasil, participação política da juventude, *práxis*, democracia hegemonia. Além disso, para compor a discussão, foram realizadas pesquisas em livros, artigos científicos, revistas, dissertações e teses.

Nessa discussão, é importante considerar que os estudos sobre a influência da juventude na edificação de uma alternativa de hegemonia não possuem uma quantidade de pesquisa necessária a sua compreensão.

### **Movimento Estudantil Universitário e Juventude: Representação Histórica e Participação Política**

Após o debate de Córdoba<sup>2</sup> e antes da eleição de Getúlio Vargas, um grupo de estudantes, em 1929, foi a Porto Alegre apresentar suas propostas para a reforma universitária, tendo em vista o estatuto das universidades brasileiras, aprovado em 1931. Somente em 1937, os estudantes (o primeiro segmento da comunidade acadêmica a se organizar) fundaram a União Nacional dos Estudantes (UNE), entidade máxima de

---

<sup>2</sup> O movimento de Córdoba ocorreu na Argentina, em 1918, e tinha como objetivo a democratização da universidade, a defesa da autonomia, da gratuidade no ensino, queira assistência estudantil, entre outros.

representação estudantil no Brasil. A UNE fez campanhas como “O Petroleo é nosso” e desencadeou várias atividades envolvendo-se nos rumos da política no país. Durante o período da ditadura militar, sua sede foi incendiada e a entidade tornou-se ilegal. Na década de 1970, a UNE foi reconstruída e voltou a participar dos movimentos políticos, culturais e educacionais do país. A entidade corroborou na organização da Campanha das “Diretas Já” e das passeatas pelo *impeachment* de Fernando Collor de Melo. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) várias manifestações foram feitas contra as privatizações de empresas estatais e em defesa da universidade pública. Nesse sentido, se pode afirmar que a juventude brasileira, historicamente, participou das mudanças na sociedade, o que é reiterado por Mische (1997):

No contexto brasileiro, uma ponte importante se constrói por meio do fenômeno da “militância múltipla”, no caso de jovens que são simultaneamente lideranças no movimento estudantil, nos partidos políticos, nos grupos da igreja, ou em outros movimentos e organizações. Apesar das afirmações da “autonomia” dos movimentos e protestos contra a “partidarização” das entidades, na verdade, as redes de liderança são extremamente interligadas. Facções do movimento estudantil são intimamente ligadas à participação em partidos e tendências de esquerda — um fator que não quero denunciar como falha-base, como fazem muitos outros críticos, pois aparece quase como uma necessidade estrutural dentro da complexa organização da sociedade civil e política dos anos 90, onde o engajamento nas “lutas institucionais” faz parte das estratégias e repertórios dos movimentos sociais. (p. 145)

Em 2002, após o primeiro turno das eleições, a UNE realizou um plebiscito nas universidades para definir o apoio da entidade a um dos pretendentes. No plebiscito, o candidato Luis Inácio Lula da Silva obteve maior quantidade de votos, definindo, então, o seu apoio a este concorrente, que a *posteriori* foi eleito. Durante o governo Lula, a entidade vem participando dos fóruns de discussão promovidos, porém mantendo uma postura independente com relação ao governo. Diante das manifestações da entidade observou-se que ela considera as iniciativas do atual governo contrárias ao posicionamento neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso.

Quando no primeiro governo Lula (2003-2006) iniciou o debate da reforma universitária, a UNE permaneceu nos debates das várias versões do projeto da reforma até a última versão, que foi entregue ao Congresso Nacional, através do PL 7200/2006. A posição da entidade parece ter relação com a análise que faz Nogueira (2005), para quem, se pensarmos dialeticamente, não há como virar as costas para o Estado, ficar longe do parlamento nem fugir da política. Não teremos como glorificar unilateralmente

o mercado ou a “sociedade civil”, nem como justapor a luta social à luta institucional. (p. 115)

Com relação à discussão do REUNI, a UNE o considerou um programa importante para o desenvolvimento e a democratização do acesso à universidade pública, porém, relatou que este era um programa de governo, e não garantia investimento público permanente e crescente nas universidades federais. A entidade criticou os prazos dados para adesão e discussão dos projetos dados as Instituições Federais de Ensino Superior.

Os estudantes também consideram que as metas estabelecidas pelo REUNI (taxa de conclusão média de noventa por cento e proporção de dezoito alunos por professor) não devem ser incompatíveis com a garantia da qualidade da educação, sabendo que a universidade tem a responsabilidade com a indissociabilidade do tripé ensino-pesquisa-extensão, sem precarização das condições de trabalho de professores e técnico-administrativos.

### **Juventude e Hegemonia**

Nogueira (2005, p. 103) considera que “a sociedade civil vincula-se ao espaço público democrático e pode funcionar como base de uma disputa hegemônica e de uma oposição efetivamente emancipadora, popular e democrática às estratégias de dominação referenciadas pelo grande capital”, tendo em vista que a organização da sociedade civil corrobora na construção da filosofia da práxis. Nesse sentido:

[...] para Gramsci filosofia da práxis é a atividade teórico-política e histórico-social dos grupos "subalternos" que procuram desenvolver uma visão de mundo global e um programa preciso de ação dentro do contexto em que vivem, com os meios que têm à disposição, visando a construir um projeto hegemônico alternativo de sociedade. (SEMERARO: 2006, p.69)

Entendemos, pois, que a juventude brasileira, que historicamente participa de embates políticos através de sua organização nos movimentos sociais, sendo um deles o movimento estudantil, vem a contribuir com o processo de edificação de uma nova hegemonia. A participação do jovem nestas disputas sociais o torna um indivíduo consciente, fazendo com que, além de atuar politicamente no presente, futuramente será um ser humano fundamental na constituição deste projeto hegemônico no Brasil, principalmente, porque conforme Barros (2005):

A última década no Brasil foi marcada por extraordinário crescimento demográfico da população jovem. Esse grupo etário jamais foi ou será no futuro – desde que não se revertam as tendências demográficas – tão numeroso como é hoje em termos absolutos. Em 2003, o país tinha 33,85 milhões de jovens entre 15 a 24 anos, o que representava 19,5% da população. A cada ano, a crista de uma onda demográfica (quantidade máxima de pessoas de uma determinada idade) se desloca para idades mais avançadas. (p. 287)

A opinião dominante, ou seja, das classes que hoje detém o poder, relatam que a juventude não participa e não quer participar de política, porém, em contraposição a esse posicionamento conservador, o Instituto Cidadania realizou uma pesquisa, no Projeto Juventude, que constatou que 85% dos jovens entrevistados consideram que a política é importante e 65% sabem que ela influi diretamente em suas vidas. Nesta mesma pesquisa demonstrou que entre 40 e 60% dos entrevistados têm interesse em participar organizações sociais e que 84% dos jovens acreditam que podem transformar o mundo.

No Brasil, existe uma organização histórica da juventude; os jovens possuem diferentes formas de organização, sejam elas, culturais, esportivas, religiosas, estudantis, entre outras. A juventude é estratégica para constituição de um projeto de desenvolvimento nacional, que supere as desigualdades sociais que assolam o país e as diferenças regionais. Ela pode propiciar a construção de um país soberano, com desenvolvimento econômico e justiça social.

Foram criados espaços institucionais de participação juvenil, empoderando os jovens e as jovens a serem sujeitos transformadores da realidade, tendo como alvo derrotar as visões da classe dominante, através da elevação do nível de consciência e cultura das classes subalternas. Para mudar a realidade é necessário que haja um processo democrático popular e também, como descreve Kosik (1976, p. 18), saber que “a realidade pode ser mudada de modo revolucionário, só porque e só na medida em que nós mesmos produzimos a realidade, e na medida em que saibamos que a realidade é produzida por nós”.

Os movimentos sociais organizados, dentre eles os movimentos juvenis como o movimento estudantil universitário, por exemplo, formam os sujeitos políticos, que são imprescindíveis na luta da consolidação da democracia de massas e é somente através dela que irá construir uma nova hegemonia.

Para Gramsci, a sociedade civil é, antes de tudo, o extenso e complexo espaço público não estatal onde se estabelecem as iniciativas dos sujeitos modernos que com sua cultura, com seus valores ético-políticos e suas

dinâmicas associativas chegam a formar as variáveis das identidades coletivas. É lugar, portanto, de grande importância política onde as classes subalternas são chamadas a desenvolver suas convicções e a lutar para um novo projeto hegemônico enraizado na gestão democrática e popular do poder. (SEMERARO: 2006, p. 97)

A juventude é historicamente protagonista nas lutas populares, de massa, pois crê que é através destas que se opõe ao projeto hegemônico. É democratizando o poder por meio da criação dos espaços políticos que se amplia a participação e, conseqüentemente, se exerce influência nas decisões.

Conforme Coutinho (1980),

O fortalecimento da sociedade civil abre assim a possibilidade concreta de intensificar a luta pelo aprofundamento da democracia política no sentido de uma democracia organizada de massas, que desloquem cada vez mais “para baixo” o eixo das grandes decisões hoje tomadas exclusivamente “pelo alto”. (p.36)

O jovem e a jovem, não apenas os que participam do movimento social, mas aqueles que se tornam sujeitos políticos conscientes do papel estratégico que possuem com a democracia de massas, com a socialização da política e do poder, têm potencialidades para construir uma nova hegemonia. Uma hegemonia diferente da vigente, da ideologia dominante. Nessa perspectiva, para Coutinho (2003, p. 35), a sociedade civil deve influir no Estado, pois este pode ser um instrumento de transformação social.

### **Considerações Finais**

Tendo em vista a construção do movimento social de juventude, com ênfase no movimento estudantil universitário, entendemos que a juventude brasileira participa ativamente das lutas populares. No presente texto exemplificamos sua atuação na luta educacional, destacando o debate do ensino superior brasileiro, através do resgate da história da entidade máxima de representação dos estudantes universitários, que é a União Nacional dos Estudantes. Neste contexto, pode-se observar que a juventude, enquanto sujeito político, pode e deve corroborar na edificação de uma nova hegemonia com base na democracia de massas, com as mesmas perspectivas sociais, econômicas e políticas das classes subalternas.

Apesar dos posicionamentos relatados em certas pesquisas, constatou-se que a juventude participa politicamente e, quando não participa, é porque não sabe de que

forma. Por isso, a juventude, que hoje é uma parcela significativa da população, busca a criação de espaços com o intuito de empodera-la, como ocorre nos espaços institucionais, que devem ter o firme propósito de transformar a realidade. Este debate é importante devido ao papel estratégico da juventude, pois os jovens serão os adultos que influenciarão as classes dominadas na constituição de uma democracia popular.

A discussão que se apresenta é significativa uma vez que praticamente inexistem estudos sobre a participação política da juventude, em especial que reflitam sobre a atuação que a mesma pode ter na edificação de alternativas à ideologia hoje dominante. Reiteramos que é preciso realizar maior número de pesquisas e debates sobre o tema da participação política da juventude, em especial, do papel que esta pode cumprir nas mudanças sociais.

Como a sociedade civil tem papel central na constituição de uma nova hegemonia, a juventude, nas suas diferentes formas de atuação (a exemplo do movimento estudantil universitário), pode ser determinante neste processo. Estudou-se o movimento universitário com inspiração na obra de Gramsci, que acreditava que a base de transformação da sociedade deve ser a educação. Segundo ele, a universidade pode elevar o nível de conhecimento do povo, destruindo a pseudoconcreticidade, através da produção do conhecimento fundado na dialética.

### Referências

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel; TAFNER, Paulo. Juventude no Brasil. In: REZENDE, Fernando & TAFNER, Paulo (Org). **Brasil: O Estado de uma Nação**. Brasília: IPEA, 2005.

BRASIL. República Federativa do Brasil. Decreto-Lei nº 6096, de 24 de abril de 2007. **Instituem o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**. Brasília, 24 de abril de 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm)>. Acesso em: 31 de jul. 2009.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1980.

\_\_\_\_\_, Carlos Nelson. A democracia na batalha das idéias e nas lutas políticas do Brasil de hoje. In: FÁVERO, Osmar & SEMERARO, Giovanni (Org). **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003. p. 11-40.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976

MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos redes de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**, Mai/Jun/Jul/Ago, N° 5 e Set/Out/Nov/Dez, N ° 6, 1997. Pag. 134 – 150. Disponível em: <[http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE05\\_6/RBDE05\\_6\\_13\\_ANN\\_MISCHE.pdf](http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE05_6/RBDE05_6_13_ANN_MISCHE.pdf)>, acesso em 17/09/2007.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um estado para sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. São Paulo: Cortez, 2005.

PROJETO JUVENTUDE. **Documento de conclusão: versão final**. São Paulo: Instituto Cidadania, 2004. 99 p.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e os Novos Embates da Filosofia da Práxis**. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006.

<http://www.une.org.br/> Acesso em: 14 de jul. de 2010.